

062

CONSULTE

informativo sinaenco | julho 2007 | ano XVI

sinaenco
SINDICATO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA

Planos diretores: ainda faltam projetos

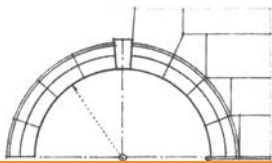
Dos quase 1.700 municípios brasileiros que deveriam ter elaborado seus planos diretores, poucos não cumpriram as exigências legais

Lei de Licitações é discutida por comissões do Senado

Serviços de arquitetura e engenharia não poderão ser mais contratados por pregão: isto é o que determina o texto aprovado por comissões do Senado

Entrevista: ministra Dilma Roussef

O PAC está no rumo certo; a sociedade precisa aprender a pensar no longo prazo, diz a ministra em entrevista exclusiva ao Consulte



editorial

Projeto: a base para a obra ambientalmente correta

A recente polêmica envolvendo a aprovação dos projetos ambientais (EIA/Rima) do complexo de hidrelétricas no rio Madeira (Santo Antônio e Jirau), em Rondônia, mostra a importância do projeto bem contratado e desenvolvido com competência por equipes especializadas e multidisciplinares. O Brasil tem muito a ganhar em competitividade internacional quando se notabiliza pelo respeito ao meio ambiente no desenvolvimento de empreendimentos de infraestrutura.

A imagem do nosso país no exterior em relação a esse item tem melhorado nos últimos anos, mesmo com a ressalva dos inúmeros problemas que ainda

O desafio é dirigido não apenas às empresas de A&EC para desenvolver projetos sustentáveis, no sentido amplo (com viabilidade e eficiência econômica e ambiental), mas principalmente aos contratantes do setor

apresentamos na questão ambiental e nos métodos e idiosincrasias dos responsáveis pela aprovação de estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ambiental (EIA/Rima) no governo federal e nos governos estaduais. E por que temos a ganhar com o respeito ao meio ambiente em projetos de infraestrutura e nas demais áreas da economia? Simplesmente

porque essa é questão que está dia a dia mais presente na agenda dos países desenvolvidos. Ela vem ganhando importância econômica na exportação de commodities, bens industrializados e serviços, devido principalmente ao boicote, promovido por organizações ambientalistas cada vez mais fortes na opinião pública dessas nações, a produtos/serviços conside-

Transfoto



rados ecologicamente incorretos. Por estar inserida na agenda econômica e política dos países desenvolvidos, as nações que crescem e produzem sob o estigma da agressão ao meio ambiente terão dificuldades crescentes para exportar ao Primeiro Mundo. Daí a vantagem comparativa do Brasil nessa questão.

O desafio é dirigido não apenas às empresas de arquitetura e engenharia consultiva (A&EC) para desenvolver projetos sustentáveis, no sentido amplo (com viabilidade e eficiência econômica e ambiental), mas principalmente aos contratantes do setor. Estes não podem mais - sob pena de arcar com obras que não saem do papel ou que são travadas pelos órgãos ambientais - contratar serviços de arquitetura e engenharia como simples commodity, comprada pelo menor preço e não pelo melhor valor. As empresas de A&EC é que promovem a compatibilização entre a intervenção física e as decisões/ações para evitar e/ou mitigar danos ambientais. O desafio está lançado: o setor de projetos nacional já provou sua competência, em trabalhos no Brasil e no exterior. Agora, com a palavra os contratantes.

PS: Esta edição apresenta o novo projeto gráfico e editorial do Consulte e, ainda, a nova marca do Sinaenco, todos com design contemporâneo e de fácil leitura. O boletim agora também chega a mailing mais amplo, constituído por ocupantes de cargos públicos em áreas estratégicas para o setor de A&EC.

José Roberto Bernasconi, Presidente ◀

SINAENCO - Diretoria Nacional: **José Roberto Bernasconi** (presidente), **Luiz de Gonzaga Bompastor** (VP de Gestão e Assuntos Institucionais), **Antonio César Bastos** (VP de Administração e Finanças), **Roberto Lemos Muniz** (VP de Ética e Proteção à Consultoria), **João Alberto Viol** (VP de Engenharia), **José Eduardo Tibiriçá** (VP de Arquitetura), **João Coelho da Costa** (VP de Ciência e Tecnologia), **Alexandre Miguel López** (VP de Relações Trabalhistas e Assuntos Intersindicais), **Antonio Othon Pires Rolim** (diretor Executivo). **Consulte** é uma publicação do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva. Rua Marquês de Itu, 70 - 3º andar - CEP 01223-000 - São Paulo - SP - tel.: (11) 3123-9200 - fax: (11) 3120-3629 - site: www.sinaenco.com.br - e-mail: sinaenco@sinaenco.com.br. **Editora Mandarin**: **Silvério Rocha** MTb 15.836 (jornalista responsável), **Marcos de Sousa**, **Rodrigo Prada**, **Regina Rocha** e **Rosângela Silva** (reportagem e redação). Foto da capa: **Patrícia Belfort**. Projeto gráfico: **Hiro Okita** - Diagramação e acabamento: **Juca Zaramello** - Fotolitos e impressão: **Indusplan**. Tiragem desta edição: **12.000 exemplares**



Planos diretores abrem temporada de projetos

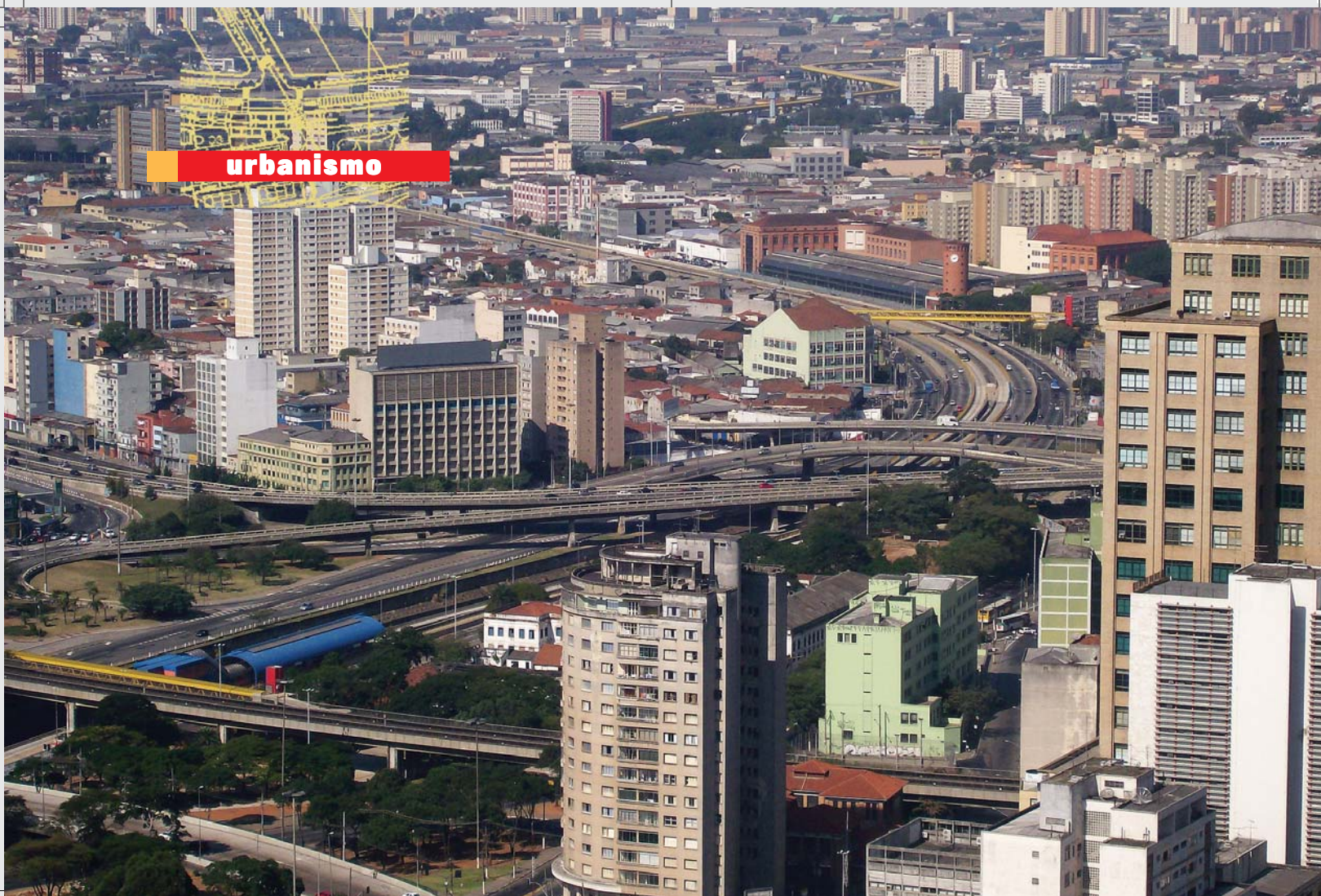
Até outubro de 2006 os quase 1.700 municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas deveriam elaborar ou rever os seus Planos Diretores. A exigência consta do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257), que prevê inclusive punições aos prefeitos que não cumprissem a meta. Assim, até março de 2007, apenas uma pequena parte dessas prefeituras ainda não havia preparado esse importante documento.

A expectativa do Ministério das Cidades era de que os Planos Diretores fossem elaborados com intensa participação dos moradores e permitissem às cidades repensar seus processos de desenvolvimento, discutir propostas para cada área urbana e melhorar as condições ambientais nas localidades.

Benny Schasberg, secretário Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, explica que 1.550 municípios já fizeram seus planos, mas alguns ainda aguardam a análise e aprovação desses documentos em suas Câmaras Municipais. "O exercício de elaborar os planos diretores movimentou tanto as prefeituras como a sociedade civil e suas entidades, com a participação de Creas, a Fenea, Confederação de Municípios e entidades populares. Para a maioria dessas cidades essa foi a primeira oportunidade de realizar um planejamento urbano e pensar o futuro", conta Schasberg.

Patricia Belfort





Patrícia Belfort

▶ Para aferir a qualidade desses planos, o Ministério firmou convênio com o Confea para realizar uma ampla pesquisa. Em breve serão divulgados os resultados desse trabalho, com uma avaliação qualitativa dos planos recém-elaborados, do ponto de vista técnico, político e social. No entanto, adianta Schasberg, há alguns indicativos muito comuns a todas as localidades. Por exemplo, boa parte dos planos trabalhou os dilemas da habitação de interesse social, além dos problemas de infra-estrutura, com ênfase para as necessidades de saneamento.

Também o tema da regularização fundiária foi quase unânime, já que a maioria das cidades brasileiras conhece o fenômeno das **ocupações irregulares**. Propostas para o meio ambiente também pipocaram nas várias municipalidades, que têm problemas de erosão, inundações, poluição do solo e dos cursos d'água. "Os planos diretores apontaram para a necessidade de reduzir a impermeabilização do solo, tratamento ambiental nas microbacias, destinação do lixo e várias outras ações", explica o secretário. Benny Schasberg acredita que os novos planos estimularão uma onda de projetos e obras públicas, mas também exigirão reformas administrativas nas gestões municipais.

A previsão é compartilhada pelo engenheiro e ad-

ministrador Marco Aurélio Myrrha, que assessorou várias prefeituras na gestão de seus planos diretores. Myrrha avalia que muitos municípios prepararam planos excelentes, mas terão dificuldades para implementá-los, por falta de arquitetos, engenheiros e outros profissionais. Suprida essa demanda, ele crê que os planos poderão renovar o panorama dessas cidades a longo prazo. "Os núcleos de gestão que se formaram com a participação da sociedade nos planos diretores serão a garantia de que as ações dos



Mandarin / Rodrigo Prada

prefeitos tenham continuidade e não fiquem à mercê de interesses particulares ou eleitoreiros. Por exemplo, os planos permitirão o reordenamento do uso do solo urbano e evitarão os loteamentos irregulares, nas periferias das cidades, que acabam tendo um alto custo para as prefeituras”, avalia o especialista.

Do Recife, Roberto Muniz, vice-presidente do Sinaenco e presidente do Crea/PE, aplaude os resultados alcançados pela campanha do Ministério e aguarda seus desdobramentos em projetos e obras. Muniz acha que os novos planos diretores exigirão que as prefeituras se aparelhem tecnicamente e organizem as informações disponíveis em seus municípios. “Essa mudança vai inserir a palavra *projeto* nas prefeituras e criar um novo e vasto mercado para as pequenas empresas do setor de A&EC de todo o país, maioria entre as vinculadas ao Sinaenco”, conclui Muniz. ◀



Patrícia Belfort



Mandarin / Rodrigo Prada



Divulgação / Outec

Número de municípios, por Estado, que precisam desenvolver o Plano Diretor

■ Acre	5
■ Alagoas	44
■ Amazonas	28
■ Amapá	3
■ Bahia	164
■ Ceará	88
■ Distrito Federal	1
■ Espírito Santo	32
■ Goiás	58
■ Maranhão	76
■ Minas Gerais	208
■ Mato Grosso do Sul	21
■ Mato Grosso	21
■ Pará	84
■ Paraíba	30
■ Pernambuco	96
■ Piauí	29
■ Paraná	101
■ Rio de Janeiro	60
■ Rio Grande do Norte	23
■ Rondônia	17
■ Roraima	1
■ Rio Grande do Sul	121
■ Santa Catarina	83
■ Sergipe	20
■ São Paulo	251
■ Tocantins	10

Fonte: Ministério das Cidades

Para saber mais, acesse o site do Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br/planodiretorparticipativo.



legislação

Alteração da Lei de Licitações é discutida pelo Senado

Serviços de arquitetura e engenharia não poderão ser mais contratados por pregão: isto é o que determina o texto aprovado, em 30 de maio último, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em uma das últimas instâncias de análise do Projeto de Lei (PL) 32/07.

A discussão sobre essa e outras questões inseridas no PL que modifica a Lei de Licitações (8.666/93) agora está na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, presidida pelo senador Aloizio Mercadante e que tem como relator o senador Eduardo Suplicy, ambos do PT/SP. Posteriormente, o texto irá a votação no plenário do Senado, que aprovou em 27 de junho último a retirada do regime de urgência para a tramitação do projeto.

A definição sobre o veto à contratação de serviços de A&EC por pregão representa uma vitória do setor, fruto da mobilização do Sinaenco e de entidades ligadas à arquitetura e à engenharia, como Cbic e Confea/Creas, cujos integrantes precisam ficar atentos às modificações propostas pelos congressistas. Eventuais definições sobre o projeto de lei serão informadas aos associados e filiados ao Sinaenco pelo boletim eletrônico quinzenal e-Consulte.

O PL contempla, em sua versão atual, a maior parte das propostas apresentadas pelo Sinaenco, por intermédio dos deputados federais Antonio Mendes Thame (PSDB/SP) e Arnaldo Jardim (PPS/SP), confirmando o esforço de mobilização desenvolvido pela entidade. O diretor executivo do Sinaenco, Antonio Othon Pires Rolim, apresentou as razões que impedem a contratação de serviços de A&EC por pregão à Comissão Especial da Câmara que examinou o projeto, em 23 de março, ação que se mostrou fundamental para o esclarecimento dos parlamentares no acolhimento das proposições do sindicato ao projeto de lei. Além disso, a iniciativa das Regionais do Sinaenco, que ajudaram a conscientizar deputados de seus Estados sobre a necessidade de as licitações de serviços de arquitetura e engenharia serem consideradas como especiais, conforme determina o artigo 13 de

Lei 8.666/93, se somou à ação conjunta do sindicato com entidades como Confea e Cbic, para desempenhar importante papel na aprovação do texto pela Câmara. O projeto retornará, depois de analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo plenário do Senado, à Câmara dos Deputados, que deverá votá-lo novamente e, na seqüência, enviá-lo para o presidente da República, para sanção.

Algumas modificações foram feitas em relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Uma das emendas acolhidas no relatório limita a possibilidade de que a empresa selecionada para executar uma obra se encarregue também de fazer o respectivo projeto executivo. Em obras de maior vulto, essa prática tem dado margem a elevações posteriores dos valores contratados. "Precisamos agora intensificar os esforços conjuntos de esclarecimento dos senadores sobre a importância de serviços de arquitetura e engenharia serem contratados pela melhor técnica, a fim de ter-

Fotos: Divulgação /Senado





Patrícia Bellot



mos obras bem projetadas, executadas de acordo com as boas práticas, com custos adequados e duráveis”, afirma o diretor Rolim. Ele lembra que não é utilizando o preço como critério principal de contratação que o país terá empreendimentos de qualidade. “Acreditamos que o Congresso, Senado e Câmara, tem interesse em aprovar um texto que aperfeiçoe a Lei de Licitações”, diz José Roberto Bernasconi, presidente do Sinaenco.

A polêmica em torno do texto do projeto de lei 7.709/07, como foi numerado na Câmara dos Deputados (posteriormente PLC 32, no Senado), envolvia principalmente o fato de o governo pretender alterar a Lei de Licitações de forma ampla – foi apensado o PL 146/03 ao PL 7.709, agregando nada menos que 150 artigos ao projeto de lei – em prazo extremamente curto e, ainda, de o texto-base não vedar expressamente a contratação de serviços de engenharia por pregão. “Utilizamos, em nossa exposição aos deputados, o exemplo da licitação por pregão eletrônico realizada pela Chesf referente a estudo sobre o comportamento das estruturas de concreto da usina de Pedra, na Bahia, que foi malsucedida justamente por não

avaliar tecnicamente a questão”, lembra o diretor Executivo do Sinaenco. Rolim recorre a essa licitação da Chesf como um caso exemplar, que deve ser examinado pelos senadores antes de incluírem no projeto emendas que privilegiem o preço em contratações públicas de serviços de A&EC. “Senão, poderemos ter outros problemas semelhantes ou piores”, adverte ele.

Mobilização

A participação das 12 seções Regionais do Sinaenco na aprovação pela Câmara dos Deputados do PL com as propostas defendidas pelo setor de A&EC foi elemento importante nesse processo. “A experiência de atuarmos em conjunto com Confea e Cbic, com a mobilização dos empresários do nosso setor por intermédio das regionais do sindicato, foi fundamental nessa vitória”, analisa Roberto Muniz, vice-presidente do Sinaenco e presidente do Crea/PE, entidade do sistema Confea/Creas.

Na mesma linha, Edgar Hernandez Cândia, presidente do Sinaenco/RS, resume o sentimento geral do empresariado de arquitetura e engenharia consultiva: “Essa é uma conquista do setor e da sociedade, ao impedir a contratação de projetos e serviços de arquitetura e engenharia pelo menor preço. Ela precisa ser mantida agora pelo Senado”. O Estado, resume Bernasconi, presidente do Sinaenco, “em suas diversas esferas, precisa adquirir serviços de A&EC pelo melhor preço, aquele que traz benefícios duradouros para o cidadão, na forma de empreendimentos bem projetados, bem construídos, com baixo custo de manutenção e grande durabilidade”.

PLC 32/07 veda a contratação de serviços de A&EC por pregão

De acordo com o texto aprovado na Câmara dos Deputados e nas comissões do Senado, fica vedado o uso da modalidade pregão para os serviços técnicos profissionais especializados constantes do art.13 da Lei 8.666/93, nos termos propostos pelo Sinaenco. Assim, não poderão ser licitados por pregão:

- a estudos técnicos, planejamento e projetos básicos e executivo,
- b pareceres perícias e avaliações em geral,
- c assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias,
- d fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços,
- e patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas,
- f treinamento e aperfeiçoamento de pessoal,
- g restauração de obras de arte e bens de valor histórico.



“O PAC tem ritmo satisfatório”

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, é economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestre em Teoria Econômica e doutoranda em Economia Monetária e Financeira pela Unicamp. Foi ministra das Minas e Energia entre 2003 e junho de 2005; secretária da Fazenda de Porto Alegre (1986-1988); presidente da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (1991-1993); e secretária de Estado de Energia, Minas e Comunicações do RS (1993-1994 e 1999-2002). Em 2002, coordenou a equipe de Infra-Estrutura do governo de Transição instituído pelo presidente Lula. Assumiu a chefia da Casa Civil em junho de 2005, em substituição a José Dirceu, até então considerado o “homem-forte” do governo Lula. De perfil mais técnico, Dilma é a “gerente” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), a grande aposta do governo federal para o crescimento do país nos próximos quatro anos.

Em sua apresentação do PAC, em janeiro último, a senhora falou da necessidade de os governos (prefeituras, estados e União) terem um “estoque de projetos” para ser contemplados com os recursos previstos no programa. Já há entre os administradores públicos clareza sobre a necessidade de terem projetos para solicitar recursos?

Durante os últimos 20 anos, a capacidade de formulação de projetos estratégicos no setor público foi levada de arrasto pela onda de que o mercado resolveria tudo. Com o PAC, um dos nossos objetivos é reativar a capacidade de o setor público, nas três esferas, formular projetos de longo prazo. O

PAC aproveitou as contribuições dos recentes planos decenais do setor elétrico e rodoviário, duas raridades nesse contexto. Os estados e prefeituras padecem dos mesmos problemas, mas em alguns casos têm demonstrado vontade de reconstituírem suas áreas de planejamento.

Como o governo federal tem tratado essa questão, tanto em relação aos órgãos federais contratantes de projetos, quanto aos demais poderes (Estados e prefeituras)?

No momento, estamos discutindo com os governos estaduais e municipais, sobretudo das regiões metropolitanas, projetos estruturantes nas áreas de saneamento am-

biental e habitação. Temos recursos disponíveis para financiar obras desse porte, mas faltam projetos prontos. Para contornar esse problema, o governo federal, através do Ministério das Cidades e da Caixa Econômica Federal, está dando suporte técnico aos estados e municípios na elaboração de projetos. Governadores e prefeitos de grandes cidades, principalmente, estão respondendo bem ao desafio colocado pelo PAC.

Quais as providências tomadas pelo governo federal para agilizar a implementação de recursos e acelerar as obras programadas no PAC?

O importante é que as pessoas compreendam que o PAC foi pensado para quatro anos e que, neste primeiro momento, as ações tendem a demorar um pouco para deslançar. O PAC contém um conjunto de medidas institucionais que visam a melhorar o ambiente de negócios. Para ser efetivado, necessita de novo modelo de gestão e está implantando sistema de acompanhamento das ações que nunca existiu. Leva algum tempo para azeitar a máquina. O importante é que saibamos exatamente onde estão os possíveis problemas e posamos atuar rapidamente para atacá-los. No primeiro balanço trimestral, demonstramos que, das 1.646 ações monitoradas pelo comitê gestor do PAC, cerca de 52% estão com andamento adequado e 39% devem ser acompanhadas com atenção. Somadas, isto significa ritmo satisfatório em mais de 90% das ações. Pouco menos





de 10% nos preocupam, porque verificamos riscos reais de não realizarmos essas ações. Acreditamos que, ao apresentar o balanço dessa forma, estamos sendo transparentes e permitindo que a população acompanhe o PAC de perto.

A infra-estrutura brasileira é um dos gargalos ao crescimento do país e, na área energética especialmente, há queixas quanto aos entraves devido às exigências ambientais para a aprovação de projetos. Estaria havendo superdimensionamento da questão ambiental por parte de setores da sociedade?

Não existe conflito entre as obras de infra-estrutura energética que sustentarão o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. Qualquer obra de grande porte, como uma hidrelétrica, por exemplo, tem impacto ambiental. O que precisamos é perseguir o equilíbrio entre a necessidade de atender à demanda por energia e a preocupação com a conservação dos recursos naturais. O licenciamento ambiental existe justamente para isso. Deve e está sendo respeitado. Quando houver problemas em relação aos projetos, devemos buscar soluções técnicas. O setor de projetos pode contribuir com a aprovação de empreendimentos, desenvolvendo projetos que levem em conta a necessidade de preservação.

Divulgação / Casa Civil



Como está o desenvolvimento da infra-estrutura para o escoamento dos combustíveis alternativos (biodiesel e etanol) neste e nos próximos anos?

Em 2007, deverão entrar em operação 20 novas usinas de biodiesel, enquanto outras 26 têm projetos em andamento. Na produção de etanol, 17 novas usinas começam a operar neste ano e 60 projetos de unidades novas estão sendo desenvolvidos. O PAC inclui, entre suas mais de 900 obras, a constru-

ção do poliduto (etanol e biodiesel) Cuiabá (MT)-Paranaguá (PR) e do alcoolduto (etanol) Senador Canedo (GO)- São Sebastião (SP). O alcoolduto de 1.150 km é um investimento de R\$ 4,1 bilhões que vai permitir o escoamento da produção de etanol das regiões Sudeste e Centro-Oeste e, segundo o nosso primeiro balanço, a obra está com ritmo adequado.

De que forma, em sua opinião, o setor de projetos poderia contribuir para alavancar as obras do PAC e diminuir os entraves ambientais à sua aprovação?

O setor de projetos terá um papel importante nesse programa. Entre os empreendimentos de infra-estrutura previstos no PAC, há um conjunto grande que depende de execução prévia de projetos. Por isso, o setor será bastante acionado no próximo período. No que se refere às licenças ambientais, a maior contribuição das empresas desse segmento será no desenvolvimento de projetos que levem em conta as necessidades de preservação ambiental.

Qual sua visão sobre o potencial de crescimento do Brasil até 2010?

O cenário traçado pelo PAC estima que o PIB brasileiro deve crescer 4,5% neste ano e 5% nos próximos três anos. Nestes primeiros meses do ano, vários institutos idôneos já reavaliaram para mais de 4% seus cálculos iniciais, o que reforça os indícios de que as nossas projeções estão corretas. ◀

Consulte :: Informativo Sinaenco :: 9

Sinaenco renova sua marca

sinaenco
SINDICATO DA ARQUITETURA E DA ENGENHARIA

A nova identidade visual do Sinaenco foi lançada dia 5 de junho, em São Paulo. De acordo com o diretor executivo do Sinaenco, Antonio Othon Pires Rolim, a idéia da mudança foi de renovar o logotipo, a fim de fortalecer a imagem corporativa do sindicato. "Teremos uma comunicação mais clara, inovadora e moderna", ressaltou Rolim. Por isso a opção pelas cores: o verde transmite solidez e equilíbrio, além de refletir a preocupação do sindicato com o meio ambiente. Já o laranja é uma cor viva e quente, que cria uma composição harmônica e de contraste com a primeira. O destaque para as letras A e E, de arquitetura e engenharia, mostram a união entre essas duas áreas, consolidada no Sinaenco. A assinatura do sindicato também ganhou em inovação, traduzindo de forma mais eficiente a atividade: Sinaenco - Sindicato da Arquitetura e da Engenharia. Vale lembrar que a razão social não foi alterada.

Regata ecológica no dia do meio ambiente



Ricardo Maizza

Para comemorar o dia Internacional do Meio Ambiente, o Sinaenco promoveu, em 5 de junho, uma regata ecológica na Represa Billings, em São Paulo, juntamente com outras entidades. A meta do evento "Velejando pela Natureza" era a de alertar crianças sobre o desperdício de água de forma educativa, com palestras, jogos e distribuição de cartilhas que apontaram maneiras simples de economizar água. Em escuna que levou mais de 100 crianças em passeios pela Billings, o vice-presidente de Engenharia do Sinaenco, João Alberto Viol, mostrou os maiores problemas ambientais da represa e as maneiras de minimizá-los, nesse importante reservatório de água da Grande São Paulo.

8º Enaenco focará infra-estrutura brasileira para a Copa de 2014

O 8º Encontro Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Enaenco), o tradicional evento do segmento, terá como tema central a infra-estrutura do Brasil e as oportunidades de negócios geradas em função da candidatura do país para sediar a Copa de 2014. O encontro bienal deve reunir cerca de 250 empresários, em Brasília, no mês de outubro. A intenção é discutir e planejar antecipadamente esse importante evento esportivo de repercussão mundial, a fim de evitar os problemas apresentados na realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. Para o Sinaenco, é necessário dar início, no Enaenco, às discussões em torno das construções e adaptações das instalações esportivas e da infra-estrutura das cidades, que devem se preparar não apenas para sediar jogos e delegações, mas para o posterior fluxo de turistas.

Núcleo em Alagoas

Diretores do Sinaenco/PE estiveram em Maceió, em 24 de maio, com o objetivo de implantar um núcleo da entidade em Alagoas, estado que compõe a Regional

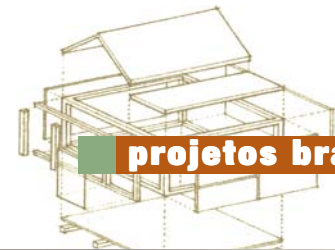


Pernambuco. O encontro, realizado no Crea/AL, foi articulado pelo diretor da Companhia de Água e Saneamento de Alagoas (Casal), Álvaro Meneses, e pelo presidente do Crea/AL, Alufio Ferreira de Souza, reunindo empresas e profissionais do setor de projetos. Esse trabalho de articulação institucional do Sinaenco/PE foi iniciado ainda em 2006, pelo Estado da Paraíba.

Rumo ao interior paulista



A Regional São Paulo do Sinaenco deu início, em junho último, a uma grande campanha de integração com as empresas de A&EC do interior do Estado de São Paulo. A intenção do sindicato, de acordo com João Alberto Manaus Corrêa, vice-presidente da entidade, é estabelecer fortes vínculos com as empresas e entidades ligadas à arquitetura e à engenharia localizadas no interior, estimulando-as a participar das atividades desenvolvidas pelo Sinaenco em benefício do setor e da sociedade paulista e brasileira. "Nossas atividades visam, principalmente, a garantir que os contratantes dos serviços de A&EC, públicos e privados, tenham estudos, projetos, gerenciamento e fiscalização de empreendimentos da melhor qualidade, resultando em obras com custo adequado e duradouras", explica Manaus. A primeira cidade a acontecer essa integração foi São José dos Campos, principal metrópole do Vale do Paraíba.



projetos brasileiros



Fotos: Divulgação



Esplanada do Lago de Palmas.

Localizado às margens do lago de Palmas, em Tocantins, este projeto concebido pelo escritório de arquitetura paisagística Barbieri & Gorski Arquitetos Associados, de São Paulo, prevê a implantação de verdadeiro parque ecológico ao longo da chamada Orla 14, área de quase mil m² interligada pela avenida Parque. Bosques e caminhos com áreas de vegetação nativa preservada (cerrado alto, macega e brejo) dão ao visitante a rara oportunidade do contato com a flora e fauna locais. E permitem a aproximação com o ambiente lacustre, pelo acesso por decks e píeres. Integram ainda o projeto farol, praças, terraços, mirante, playground aquático, academia de ginástica, anfiteatro e aquário.

Mais informações:

Tel. (011) 3034-1184



Fotos: Divulgação



Museu de Congonhas.

Pelo projeto desenvolvido pelo escritório mineiro Gustavo Penna Arquiteto & Associados, o museu destaca-se no alto do terreno como um volume simples, integrado à paisagem, concebido para estabelecer convivência simbólica e harmoniosa com a monumental obra de Aleijadinho: o conjunto arquitetônico do Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, MG, incluindo a Via Crucis, as estátuas dos Profetas e os Passos da Paixão. O desenho, contemporâneo, de implantação neutra, busca não competir com o conjunto histórico; internamente, rampas suaves e percursos claros levam o visitante a passeio museográfico pelos muitos caminhos do barroco brasileiro.

Para saber mais:

www.gustavopenna.com.br



obras exemplares



Fotos: Divulgação / Figueiredo Ferraz

Ponte sobre o rio Orinoco, marca da engenharia brasileira na Venezuela

A presença da engenharia brasileira na Venezuela foi consagrada com a inauguração, em novembro de 2006, desta monumental ponte sobre o rio Orinoco, na região de Ciudad Guayana, a nordeste do país. A ponte rodoferrviária, estaiada, tem dois vãos livres de 300 m para permitir a passagem dos barcos pelos dois canais de navegação projetados. Vencedora do IV Prêmio Talento Engenharia Estrutural (Abece e Gerdau) na categoria obras-de-arte, a ponte situa-se perto de Puerto Ordaz. Foi projetada pela Figueiredo Ferraz Consultoria e Engenharia de Projeto, com par-

ticipação da venezuelana Lustgarten y Asociados Ingenieros Consultores, e executada pela construtora Norberto Odebrecht. Desenvolvido entre 2001 e 2006, o projeto estrutural teve de superar dificuldades, diz o engenheiro Roberto de Oliveira Alves, da Figueiredo Ferraz. "Adotamos normas internacionais para o cálculo e o detalhamento estrutural, porque a ponte se situa em região sujeita a sismos. E, devido à forte erosão do leito do rio Orinoco, ocasionada pela construção das fundações, estas necessitaram de verificações especiais." ◀

